

ADISPOR - APESP
CONSELHOS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Comissão de Avaliação Externa
Área E - Educação
Sub - CAE-E1

RELATÓRIO de AVALIAÇÃO

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, NA
VARIANTE DE EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA
2002/2003

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Jorge Adelino Costa

Fernando Moreira da Silva
(Relator)

Sidónio da Silva Henriques Garcia

Junho 2005

1. Introdução

1.1. Constituição da Comissão Externa de Avaliação

A Comissão Externa de Avaliação (CEA), Área E - Educação, é presidida pelo Doutor José Ribeiro Dias (Professor Catedrático Jubilado, da Universidade do Minho) e é assessorada pelo Doutor Octavi Fullat (Professor Catedrático Jubilado, da Universidade Autónoma de Barcelona). Esta Comissão está dividida em quatro Subcomissões CEA.

A Subcomissão – E1 (Sub-CEA-E1), responsável por este relatório, é constituída por:

Vice-Presidente, Doutor Jorge Adelino Costa, Professor Associado do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro;

Vogal, Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva, Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e investigador do BUHU – *Research Centre for the Built and Human Environment*,

Vogal, Mestre Sidónio da Silva Henriques Garcia, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.

À Sub-CEA-E1 compete a avaliação dos dois seguintes cursos: Curso de Professores do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal; e o Curso de Professores do 2º ciclo do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

O presente relatório diz respeito à avaliação do “Curso de Professores do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica”, relativo ao ano lectivo de 2002/2003, ministrado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Foi relator o Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva.

1.2. Método de trabalho

A metodologia adoptada por esta Subcomissão tomou as considerações contidas na proposta do “Guião de Procedimentos para a avaliação de Cursos - 2002”, para as Comissões Externas de Avaliação do Ensino Superior Politécnico - ADISPOR/APESP, bem como as indicações gerais contidas no documento “Campo de Apreciação: Critérios Classificativos”.

Numa primeira fase, procedeu-se à análise do Relatório de Auto-Avaliação (RAA) do “Curso de Professores do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica”, relativo ao ano lectivo de 2002/2003, elaborado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Numa segunda fase, efectuou-se uma visita à instituição, nos dias 19 e 20 de Maio de 2005, no âmbito da qual a Subcomissão procedeu à recolha de informação, junto dos órgãos de direcção da Instituição visitada, dos autores do Relatório de Auto-Avaliação, de alunos, de dirigentes estudantis, de docentes, de pessoal não docente e de outros elementos externos à instituição.

Esta Subcomissão teve, ainda, oportunidade de observar as instalações e os equipamentos que, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, servem de apoio ao curso em avaliação.

Nas reuniões havidas com os diversos intervenientes no curso, pretendeu-se confirmar os dados presentes no Relatório de Auto-Avaliação, recolher informações sobre o funcionamento da Escola e do curso, bem como dar conta das mudanças entretanto ocorridas (desde a realização do referido Relatório até à visita da Subcomissão).

2. A Escola e o Curso em análise

2.1. Enquadramento institucional da Escola

Como unidade orgânica do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), a Escola Superior de Educação (ESE) foi criada em 1985 e teve a sua primeira Comissão Instaladora também em 1985. Em 13 de Dezembro de 1995, com a homologação dos seus estatutos, deixa o regime de instalação e em Março de 1996 é formalmente eleito o seu primeiro Conselho Directivo (p.48).

As suas instalações situam-se no *Campus* do IPS desde 1992.

De acordo com os seus estatutos, artigo 2º, a ESE do IPS tem os seguintes objectivos:

- a formação humana, cultural, científica e técnica de todos os seus membros;
- a formação de agentes educativos e de outros profissionais com elevado nível de preparação nos aspectos culturais, científico, técnico e profissional;
- a realização de actividades de pesquisa e investigação;
- a prestação de serviços à comunidade nas áreas específicas da sua intervenção;
- o desenvolvimento de projectos de formação e reconversão de agentes educativos e outros profissionais;
- o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, que visem objectivos semelhantes;
- a participação em projectos de cooperação nacional e internacional;
- o desenvolvimento e a integração educativa da população da região de Setúbal;
- a cooperação internacional e a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e para os países europeus (RAA: p. 49).

Desde a homologação dos seus estatutos pelo Presidente do IPS em 13 de Dezembro de 1995 (Despacho nº 29/95), a organização interna da Escola passou a estar estatutariamente definida, fazendo dela parte: os Órgãos de Gestão (Assembleia de Representantes, Conselhos Directivo, Científico, Pedagógico, Administrativo e Consultivo); as Unidades de carácter científico ou científico-pedagógico (Departamentos, Unidades de Formação e Centros); e os Serviços Técnicos e Administrativos (Secretaria, Contabilidade e Apoio aos Órgãos Pedagógicos).

A ESE, enquanto instituição de formação, caracteriza-se por uma relativa continuidade das ofertas de formação, em que se articulam cursos na Área da Educação com cursos fora do âmbito da Educação, formação inicial com cursos de formação complementar, formação contínua, profissionalização e pós-graduação (RAA: p. 61).

2.2. O Curso em avaliação

O curso de professores do ensino básico, da variante de educação visual e tecnológica da ESE de Setúbal adveio da necessidade de formar professores no âmbito da disciplina de EVT, a qual surgiu da Reforma Educativa de 1986, verificando-se a ausência de cursos de formação específica de professores nesta área no distrito de Setúbal e nalguns distritos limítrofes.

Este curso seguiu o modelo de variante, pretendendo, segundo o Relatório de Auto-Avaliação, atingir as seguintes metas educacionais:

- formar profissionais competentes científica, artística e pedagogicamente;
- formar profissionais com espírito empreendedor e com capacidade de implementar e desenvolver projectos originais;
- formar profissionais com competência de trabalho autónomo e de autoformação capazes de integrar equipas diversificadas de trabalho;
- formar profissionais com competências de investigação e de reflexão crítica, com vista à constante melhoria dos seus desempenhos.

O curso segue as indicações para os cursos de variante, formando professores para o 1º ciclo básico e para a área de EVT do 2º ciclo.

O curso foi iniciado em 1992 e aprovado em Novembro de 1993, tendo tido uma reformulação do seu plano de estudos em 1995, à semelhança dos outros cursos de variante em funcionamento na ESE de Setúbal.

A formação nos domínios da Educação Visual e Tecnológica, referente ao plano de estudos em vigor, foi organizada em 5 áreas: artes plásticas, tecnologias, teoria da arte, arte e comunicação visual, e didáctica e metodologia do ensino artístico. Algumas disciplinas são específicas de determinada área, enquanto outras se revestem de um carácter mais transversal (RAA: p. 94).

3. Campos de Apreciação do Curso

3.1. Qualidade do Relatório de Auto-Avaliação

No que concerne ao “Relatório de Auto-Avaliação”, elaborado pela Escola Superior de Educação de Setúbal, relativo ao Curso de Professores de Ensino Básico na variante de Educação Visual e Tecnológica, trata-se de um documento que, na generalidade, apresenta um cuidado e uma qualidade a salientar, proporcionando uma fácil leitura.

O documento consta de dois volumes.

O primeiro volume, com 170 páginas, está estruturado em 5 pontos, para além da bibliografia. No ponto 1, faz-se uma introdução ao documento propriamente dito, abordando as políticas gerais do ensino superior, os objectivos da auto-avaliação, a constituição da Comissão de Avaliação do curso em análise, os objectivos do trabalho, as grandes partes em que está dividido o Relatório, assim como uma referência ao trabalho desenvolvido pela equipa; no ponto 2 abordam-se a metodologia e as características do trabalho, evidenciando objectivos, metodologia e limitações do mesmo; o ponto 3 aborda os contextos institucionais e organizacionais, através de uma caracterização institucional e académica do Instituto Politécnico de Setúbal, e de uma caracterização organizacional, científica e pedagógica da ESE; no ponto 4, apresenta-se a caracterização e funcionamento do Curso de Professores de Ensino Básico – variante de Educação Visual e Tecnológica, através de uma análise crítica da organização, realização, recursos disponíveis, resultados obtidos, ambiente de trabalho, cultura de qualidade, difusão e imagem social do curso; por fim, o ponto 5 apresenta os comentários finais, seguidos da bibliografia de referência à elaboração do Relatório de Auto-avaliação.

O segundo volume apresenta 27 Anexos (em 501 páginas) referentes a: organização da ESE de Setúbal; constituição e competência dos órgãos de gestão; identificação, funções e constituição dos serviços da escola; caracterização do pessoal docente; caracterização do pessoal não docente; instalações e equipamentos da escola; situação orçamental da escola; evolução da oferta formativa da escola; evolução do número de alunos por curso de formação inicial, complementar e *CESEs*; regulamento de frequência e avaliação; indicadores gerais sobre actividades da escola; acção social escolar; plano de estudos do curso no ano lectivo de 2002/2003; evolução do plano de estudos do curso; disciplinas sujeitas ao regime de precedências; programas das disciplinas de 2002/2003; enunciados das provas escritas ou práticas desenvolvidas nas disciplinas; caracterização dos docentes do curso; indicadores gerais sobre o curso;

exemplar de protocolo de estágio; modo de cálculo da classificação final dos alunos do curso; questionários de avaliação; resultados do inquérito aos docentes (em geral e por disciplinas), aos alunos (em geral e por disciplinas) e aos diplomados.

Os autores do Relatório de Auto-avaliação salientaram à Subcomissão que, o facto de existir uma equipa-base nomeada pelo Conselho Directivo para a elaboração dos relatórios de auto-avaliação da ESE facilitou a elaboração do mesmo, permitindo, de futuro, manter os mecanismos de recolha e tratamento de informação, assim como a construção de uma cultura de auto-avaliação. Referiram ainda as dificuldades existentes na obtenção de informação da parte dos docentes em tempo útil, devido aos constantes atrasos na sua entrega.

A Subcomissão estranhou o facto do Relatório apresentado se referir ao ano lectivo de 2002/2003, uma vez que seria esperado que o mesmo reflectisse o ano lectivo de 2003/2004, dado que tem sido hábito elaborarem-se os relatórios referentes ao ano lectivo imediatamente anterior ao ano civil da avaliação externa.

Os autores do Relatório informaram a Subcomissão que a decisão de auto-avaliarem o curso com base do ano lectivo de 2002/2003 se tinha prendido com o facto de este já estar terminado e de ser mais fácil a recolha e tratamento da informação necessária e pertinente.

O Relatório de Auto-Avaliação apresenta algumas lacunas pontuais, ao nível de gralhas ortográficas e da imprecisão de dados constantes de alguns quadros. Saliente-se, contudo, que houve uma preocupação por parte da ESE em corrigir esses mesmos quadros e em fornecer os dados correctos à Subcomissão, durante a visita. A forma de apresentação dos dados referentes aos questionários, disseminados pelos vários capítulos do Relatório, apresentou-se um pouco confusa para a interpretação dos mesmos. Também se verificou que o envolvimento da grande maioria dos docentes, alunos e funcionários na elaboração do Relatório de Auto-avaliação, se limitou ao preenchimento dos inquéritos, não tendo havido uma reflexão alargada posterior sobre o mesmo.

Durante a reunião com os autores do Relatório de Auto-avaliação, a Subcomissão foi informada que após a aprovação do mesmo por parte do Conselho Científico, este foi enviado para os restantes órgãos de gestão da ESE, para a Associação de Estudantes e para a biblioteca.

É de referir que, em reunião da Subcomissão (19 de Maio de 2005) com os autores do Relatório de Auto-avaliação, a Subcomissão Externa de Avaliação solicitou outros elementos adicionais que considerava pertinentes para uma melhor compreensão do curso em avaliação, tais como os sumários, trabalhos práticos e teóricos, enunciados de trabalhos e exames, evidências de comunicações e publicações de docentes da área

científica do curso, elementos esses que foram prontamente disponibilizados durante o período da visita.

3.2. Adequação das instalações e equipamentos

A qualidade do edifício da ESE, sendo prémio de arquitectura e da autoria do arquitecto Siza Vieira, estimula o espírito de qualidade e de manutenção dos espaços e da respectiva envolvência. Todavia, este facto também é um obstáculo à adaptação dos espaços a outras funções e às alterações espaciais necessárias. O edifício, inicialmente projectado para uma capacidade máxima de 500 alunos, é actualmente frequentado por 969 estudantes, excluindo os alunos de mestrado (RAA: p.120). As instalações e os equipamentos são apresentados no Relatório, numa forma clara (pp.33-35 do volume II - Anexos). Quer o corpo docente, professores e assistentes e equiparados, quer os alunos fizeram referência às carências existentes na ESE ao nível de salas com equipamento informático.

Os docentes têm pouco espaço para trabalhar, havendo uma partilha de três a quatro pessoas por gabinete, facto que torna muito complicado o trabalho com alunos no espaço do gabinete: quando um docente está a trabalhar com um grupo de alunos, não é possível aos outros docentes trabalhar nesse mesmo espaço. Assim, os corredores (apesar de apresentarem más condições de acústica, com muito eco), o bar e a biblioteca (onde se fala alto por causa do trabalho em grupo e, como tal, onde não é possível ter um ambiente de silêncio) são espaços muito usados para trabalho dos alunos e para tarefas de acompanhamento por parte dos docentes.

Os funcionários também referiram problemas com a exiguidade dos espaços utilizados. No entanto, a direcção da escola tenta facilitar a utilização do espaço da ESE ao máximo, permitindo aos alunos, que o solicitam, que aí permaneçam o tempo necessário à elaboração dos trabalhos.

Ao nível das oficinas, o pavilhão de escultura não tem condições físicas, nem ambientais para as práticas oficinais. Salienta-se, contudo, um bom laboratório de fotografia assim como a parte destinada à produção vídeo. Os equipamentos informáticos e as respectivas aplicações colocados à disposição dos alunos são, de um modo geral, obsoletos. Muito do *software* específico para o curso em avaliação não existe na ESE. O sistema de *wireless* já está instalado em muitas áreas do edifício, sendo o mesmo mais utilizado pelos alunos do que pelos docentes. Os cacifos existentes são diminutos para o actual número de alunos. As impressoras a cores e a preto e branco têm problemas de funcionamento e existem poucas máquinas de fotocópias.

Na visita às instalações, foram notórios a limpeza e o asseio dos espaços existentes, para além de um significativo esforço de conservação, e até de respeito, pelo espaço construído e pela sua envolvente paisagística.

3.3. Recursos em matéria de novas tecnologias de informação e comunicação

Apesar dos dados fornecidos, quer ao nível do Relatório, quer durante a visita, a Subcomissão verificou a existência de um número de computadores diminuto para os alunos que frequentam actualmente a ESE: apenas 30 computadores com ligação à internet nas salas de aula e 29 noutros espaços, possuindo apenas 18 destes ligação à internet, para um universo de 969 alunos. O material de *hardware* e de *software* é na sua grande maioria ultrapassado, necessitando de um investimento por parte da escola.

Deverá haver uma maior aposta por parte da ESE nas novas ferramentas informáticas. Verifica-se, contudo, uma interiorização da prática de recurso às novas tecnologias da informação e comunicação, como atitude pedagógica de acesso ao conhecimento, quer por parte dos alunos, como dos docentes.

3.4. Composição do corpo docente

O pessoal docente apresenta níveis adequados de formação académica. A equipa de docentes do curso era de 34 no ano lectivo em avaliação. Destes, 4 possuem doutoramento, 11 possuem o grau de mestre, 18 são licenciados e apenas 1 elemento sem licenciatura (é pintor, com um vasto *curriculum* profissional) (RAA: p.112).

Verifica-se uma predominância de docentes do Departamento de Artes Plásticas na composição dos docentes do curso: 10 docentes (RAA: p.117), assim como a existência de um corpo docente relativamente novo, dado que dos 34 docentes, 24 possuem idade até 50 anos (RAA: p.116).

Cabe mencionar a grande quantidade de docentes do curso em tempo integral na ESE de Setúbal, 47% dos quais em regime de dedicação exclusiva (RAA: p.115), e a evidente preocupação da escola na valorização das condições de trabalho e na formação avançada dos seus docentes, constatando-se que 16 docentes do curso estão em formação: 5 em doutoramento e 11 em mestrado (p.113).

A apreciação que os alunos fazem do corpo docente afecto ao curso, no que respeita ao relacionamento pedagógico, é muito positiva.

3.5. Composição do corpo técnico e administrativo

A estrutura orgânica da ESE não prevê a afectação específica do pessoal não docente a cada um dos cursos existentes, nomeadamente ao curso em avaliação: o pessoal não docente (técnico e administrativo) é utilizado de forma integrada. Verifica-se, contudo, a afectação indirecta ao curso de pessoal administrativo por categorias funcionais (24 categorias profissionais diferentes) (RAA: p.118) e a existência de pessoal técnico para exercício de funções específicas, tais como a biblioteca, os laboratórios, a utilização do equipamento informático, a sala de apoio aos trabalhos dos alunos, etc.

Dentro dos Serviços Técnicos e Administrativos, existem a Secretaria, que compreende as secções de pessoal, tesouraria, serviços académicos, expediente e arquivo e economato; a Contabilidade; o Apoio aos Órgãos Pedagógicos (RAA: p.60). No ano lectivo de 2002/2003, o número de funcionários não docentes da ESE era de 30 (p.30 dos Anexos). Pela leitura dos elementos fornecidos, verifica-se que destes, 14 possuem o 12º ano de escolaridade, 1 possui bacharelato e 5 licenciatura (p.29 dos Anexos), pelo que se pode concluir da existência de um corpo de funcionários não docentes com um bom nível de habilitações académicas.

Apesar de não dispormos, nos questionários aos docentes e aos alunos, de perguntas directamente relacionadas com o desempenho destes profissionais, pelos dados recolhidos nas reuniões da Subcomissão com os vários intervenientes no curso, não foi referido qualquer problema, o que leva a concluir pela existência de um bom relacionamento com estes funcionários.

Na reunião da Subcomissão com o pessoal não docente, foi possível verificar que tem havido preocupação por parte da ESE e do IPS de proporcionar formação profissional a este corpo. Verificou-se ainda a existência de uma regular formação em diversas áreas, adaptando os funcionários às constantes necessidades dos serviços.

3.6. Dinâmica de formação interna de docentes

Desde o seu início, a ESE assumiu uma política decidida no que concerne à formação dos seus docentes, quer através da organização de sessões de formação interna, quer através de dispensas de serviço docente para a realização de Mestrados e Doutoramentos (RAA: p.51). A Subcomissão pôde verificar esta dinâmica através do testemunho, não só dos órgãos da escola, como dos seus docentes, quer professores, quer assistentes ou equiparados.

Neste momento estão em processo de mestrado 11 docentes do curso e outros 5 em doutoramento (p.113). Este incremento do número de docentes em formação relaciona-se com a adesão, quer da escola, quer dos seus docentes, à “Medida de Apoio à Formação Avançada dos Docentes do Ensino Superior”, no âmbito do PRODEP.

A Subcomissão verificou uma evidente dinâmica de formação interna, assim como o respectivo apoio institucional.

3.7. Consciencialização da missão e funções institucionais, incluindo os objectivos educacionais do curso

Da leitura do Relatório de Auto-Avaliação e da visita feita pela Subcomissão, depreende-se que, quer a ESE, quer os docentes directamente ligados ao curso em avaliação, possuem uma compreensão da missão institucional, nomeadamente das funções de ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade (p.48). Contudo, a investigação por parte dos docentes do Departamento de Artes Plásticas é diminuta e a prestação de serviços faz-se essencialmente ao nível das exposições.

Verifica-se ainda uma maior incidência do domínio científico da Educação Visual e Tecnológica e uma menor ao nível das Ciências da Educação, áreas em que o curso se desenvolve.

Existe uma clareza dos objectivos definidos para o curso, assim como uma relevância desses mesmos objectivos nos planos social, económico, cultural e científico. Uma percentagem de 72% dos alunos considera como razoável a adequação do plano de estudos do curso aos seus objectivos.

3.8. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do curso

O Relatório de Auto-Avaliação evidencia a existência de uma metodologia assumida de conceptualização curricular, traduzida numa perspectiva de correspondência aos objectivos propostos. Contudo, sendo um curso que prepara professores para o ensino quer do 1º ciclo básico, quer para EVT do 2º ciclo, a estrutura curricular demonstra um maior peso na formação na área de EVT. A Subcomissão verificou, pois, que os próprios alunos consideram que estão melhor preparados para leccionar no 2º ciclo do Ensino Básico. Consideram, ainda, que o currículo do curso deveria conter mais disciplinas de índole prática e que algumas disciplinas semestrais

deveriam ser anuais ou terem uma maior duração, como por exemplo, a de Língua Portuguesa ou a de Desenho.

Os docentes tentam ultrapassar falhas ao nível dos conteúdos do curso, nomeadamente, entre outras áreas, História da Arte, Desenho, através de alterações ao nível dos conteúdos programáticos de outras disciplinas do curso. A Subcomissão também verificou a existência de lacunas ao nível dos conteúdos das Ciências da Educação, quer através dos elementos fornecidos no Relatório de Auto-Avaliação, quer no contacto com os alunos e ex-alunos, nomeadamente na preparação dos futuros professores em dimensões organizacionais da escola, tais como: a direcção de turma, o Conselho Pedagógico, a área-escola/área de projecto, o relacionamento com as famílias e com a comunidade, a contribuição para integrarem equipas de projecto, para desempenharem cargos de chefia/coordenação, etc.

Segundo os alunos, também causa problemas a existência de disciplinas como a de Actividades para a Autonomia ou a de Oficinas de Expressão, com três módulos e com três docentes (e com três trabalhos), havendo inclusive sobreposição de conteúdos. A disciplina de História da Arte tem um ano de interrupção entre o nível I e o nível II, o que causa dificuldades aos alunos.

Quer através do Relatório, quer através do contacto com diplomados do curso, agora cooperantes, que compareceram na Hora Aberta, verifica-se uma consciencialização do papel activo e participativo do curso.

As duas ex-alunas da ESE aí presentes evidenciaram um bom relacionamento com a escola, considerando que o trabalho desenvolvido com os pares pedagógicos é um bom trabalho e uma ajuda em termos de reciclagem, e que a ESE proporciona formação aos cooperantes, através de várias acções de formação que promove ou do pagamento de outras externas à escola.

A estrutura curricular do curso requer uma melhor sequencialidade e articulação das disciplinas, assim como uma melhor adequação de alguns conteúdos, evitando-se a duplicação. Também deverá haver uma preocupação na valorização de algumas áreas disciplinares, de que são exemplos o desenho e a língua portuguesa, assim como um esforço na actualização da bibliografia de suporte a várias disciplinas. A reflexão sobre o acordo de Bolonha e a necessária adaptação do curso deverão ser consideradas como prioridades.

A Subcomissão foi informada durante a sua visita que, no âmbito do Processo de Bolonha, o IPS vai organizar ainda este ano uma reunião conjunta de todos os Conselhos Pedagógicos das várias escolas que o integram, a fim de estabelecerem bases para uma formação pedagógica comum a todas as escolas.

3.9. Práticas de investigação associadas ao curso

Apesar da investigação e produção do conhecimento serem referidas no Relatório de Auto-Avaliação (p. 54), a Subcomissão verificou que a existência de práticas de investigação associadas ao curso, especialmente na área específica das Artes Plásticas, é diminuta.

Ao nível do curso, verificou-se uma efectiva participação dos docentes do curso ao nível da intervenção artística (pp.108,109), sobretudo através das exposições, de instalações e de *performances*, quer na ESE, quer na comunidade.

Do ponto de vista da produção científica, por parte dos docentes do curso, foi referida e consciencializada a necessidade de maior incremento neste campo. Os docentes possuem apoio por parte do GAPE para o desenvolvimento de projectos, inclusive para a candidatura de projectos.

Dos 22 docentes que responderam ao inquérito, verifica-se a existência de muito pouca produção científica e de investigação nos últimos três anos, à excepção dos projectos desenvolvidos com os alunos no 4º ano, no âmbito do estágio, com tutoria e supervisão dos docentes de Prática e Reflexão Pedagógica IV (pp.111, 112).

Os docentes justificaram a falta de investigação e de produção científica na área das Artes Plásticas, devido ao facto de existir no momento um grande esforço ao nível da progressão académica, com a frequência dos mestrados e doutoramentos.

3.10. Realização do curso: entre outros aspectos, os mecanismos da sua coordenação, os métodos de ensino e aprendizagem, o regime de frequência e avaliação

Apesar do esforço de coordenação ao nível do curso em avaliação, segundo testemunho quer dos autores do Relatório de Auto-Avaliação, quer dos professores e assistentes, a Subcomissão verificou que existe uma articulação com os alunos, que também existe uma coordenação dentro de cada área do conhecimento, mas não existe uma efectiva coordenação horizontal e vertical do curso.

A articulação disciplinar e interdepartamental é um dos pontos fracos do curso, sendo necessário investir na criação de condições institucionais para uma mais eficaz coordenação do mesmo, permitindo suprir deficiências curriculares e programáticas existentes, para além de promover uma maior reflexão sobre os objectivos do curso, com uma clara definição dos objectivos e competências a alcançar pelos alunos em cada ano

curricular, uma melhor definição das estratégias a implementar e, conseqüentemente, uma maior interdisciplinaridade.

A Subcomissão pôde verificar durante a visita a existência de um bom ambiente de relações humanas na instituição (relações entre professores, alunos e funcionários), tendo os alunos salientado o efectivo apoio que sentem durante o curso, por parte do corpo docente.

Os professores utilizam a plataforma FORDIS para apoio aos seus trabalhos, verificando-se uma progressiva adesão por parte dos alunos, facilitando, deste modo, o contacto entre docentes e alunos ao nível da disciplina.

Os alunos gostariam de ver reforçada a parte prática do curso, cujo currículo consideram possuir ainda uma forte componente teórica em detrimento da prática.

Quanto ao regime de avaliação (através do Regulamento de Frequência e Avaliação) (p.128), quer os alunos, quer os docentes, confirmaram à Subcomissão os dados evidenciados no Relatório (p.132), ou seja, que o mesmo, de um modo geral, é aplicado de uma forma correcta e adequada.

3.11. Qualidade dos indicadores relativos aos ingressos no curso, designadamente: a respectiva procura, a percentagem de ingressos em relação às vagas disponíveis, os ingressos em 1ª opção e as classificações de ingresso

A procura do curso tem vindo a diminuir nos últimos anos, tendo a própria ESE proposto o *numerus clausus* de 0 para o próximo ano lectivo de 2005/2006. Por forma a tentar inverter a situação, a ESE, através do seu Departamento de Artes Plásticas, propôs um novo curso, que espera vir a ser aprovado pelo Ministério da Educação, já para o próximo ano lectivo: o Curso de Promoção Artística e Património.

Contudo, de acordo com os dados fornecidos no Relatório (p.134), 72,4% dos alunos escolheram o curso em avaliação como primeira opção, na sua candidatura ao ensino superior.

Quanto à difusão do curso, a mesma é feita no âmbito de uma estratégia traçada pelo IPS para todas as suas escolas e ela tem como objectivo principal os alunos das escolas secundárias do distrito (pp.145, 146). Para tal, elabora folhetos e brochuras com informação pertinente sobre o curso. Também promove o “dia aberto”, ou seja, o dia em que a ESE abre as suas portas às escolas secundárias do distrito. A página de internet da escola é outro dos veículos utilizados na divulgação do curso, assim como, sempre que possível, a publicidade nos *media*.

No que se refere às classificações máxima e mínima do curso, no ano em avaliação, elas foram respectivamente de 152,5 e de 107,5 valores (RAA: p.150). Até ao ano em apreciação, o número de alunos colocados preenchia as vagas existentes, assim como as matrículas. No ano lectivo de 2003/2004, o número de alunos matriculados começou a diminuir, tendo-se inscrito apenas 16 alunos no actual ano lectivo (2004/2005), de acordo com informação colhida pela Subcomissão durante a sua visita à escola.

3.12. Sucesso educativo obtido e mecanismos adoptados para a sua melhoria

Da leitura dos dados fornecidos, conclui-se que ao longo dos quatro anos do curso, o número de alunos vai diminuindo, sendo todavia muito baixa a taxa de abandono escolar (RAA: p.151). O curso apresenta um insucesso baixo: a grande maioria dos alunos conclui a sua formação ou em 4 ou em 5 anos, não se registando casos de conclusão do curso em 6 anos (p.137).

As classificações médias finais dos diplomados são igualmente razoáveis, uma vez que se situam entre uma classificação mínima de 13 valores e uma máxima de 17 valores, sendo a classificação média de 15 valores.

3.13. Inserção profissional dos diplomados

A Subcomissão, quer pela leitura do Relatório, quer durante a visita efectuada, verificou que ao nível do curso não existe uma estrutura de contactos com os alunos já diplomados, ou seja, de acompanhamento e apoio à inserção profissional dos diplomados. Assim, exceptuando o inquérito realizado no âmbito do Relatório de Auto-avaliação (ao qual responderam 65 inquiridos, 78,5% do sexo feminino e 18,5% do sexo masculino), a ESE ainda não procedeu a uma apreciação sistematizada dessa inserção profissional (p.151).

Para os cursos de Matemática e de Professores do 1º ciclo, foi montado um processo de acompanhamento da inserção profissional, via internet; esta iniciativa deveria ser também seguida pelos restantes cursos em funcionamento na ESE, nomeadamente pelo curso em avaliação.

O índice de empregabilidade (embora os dados apresentados tenham já dois anos de atraso), parece ser muito razoável (RAA: pp.151, 152). Os docentes diplomados pelo curso em avaliação têm ingressado no mercado de trabalho com relativa facilidade, tendo

83,1% dos inquiridos feito a sua inserção profissional 6 meses após terem terminado o seu curso.

A grande maioria dos diplomados foi sempre colocada no ensino, estando 78,5% dos inquiridos ligados a instituições do Ministério da Educação.

Quanto à adequação dos diplomados ao exercício profissional, a grande maioria dos diplomados considera que o curso contribuiu significativamente para a sua formação pessoal, científica e artística, assim como para a formação para o exercício da actividade docente (RAA: p.157). Realçam o contributo do curso para a capacidade de pensar criticamente, para a capacidade de trabalhar em equipa, capacidade de comunicação oral e escrita, de síntese e de dominar métodos e técnicas de trabalho (p.159).

Contudo, os diplomados são muito críticos no que se refere à formação que obtiveram no curso quanto ao desenvolvimento da capacidade de negociação/argumentação, ao domínio das tecnologias de informação e comunicação, ao domínio da legislação aplicável, à formação para orientar debates de turma, avaliar os progressos dos alunos, resolver conflitos na sala de aula e para intervir na área de projecto/área escola (RAA: p.158).

Na ESE de Setúbal não existe uma Associação de Antigos Alunos.

3.14. Relações externas e internacionalização

Ao nível do curso em avaliação, a interacção com a comunidade faz-se essencialmente ao nível das exposições, quer no espaço da ESE, quer das galerias de arte do distrito de Setúbal (pp.148-150).

As relações institucionais da ESE são referidas no Relatório (pp.43-48) de uma forma exaustiva. Todavia, em relação às relações externas específicas do curso em avaliação, o relatório apenas refere as desenvolvidas no âmbito da Prática Pedagógica e das Exposições dos alunos.

A ESE está envolvida em vários programas e projectos a nível nacional e ao nível dos PALOP (pp.72-74), havendo apenas um projecto que envolve a área específica do curso, de acordo com o Relatório de Auto-Avaliação (p.73).

Quanto aos protocolos, constata-se a existência de vários protocolos com entidades exteriores, verificando-se contudo uma diminuição significativa dos mesmos no ano em avaliação: de 26 (em 2002) para 5 (em 2003). Não existem convénios com entidades exteriores e existem apenas 2 acordos (RAA: p.76).

No que se refere ao projecto SOCRATES-ERASMUS, verifica-se que o IPS assinou em 2003 acordos de intercâmbio com diversas universidades europeias (p.46), assim como a própria ESE (p.76); contudo, verificou-se também que, em relação ao

curso em avaliação, os alunos apenas dispõem de uma universidade na Áustria para o intercâmbio e que, mesmo assim, não se sentem estimulados, uma vez que existem problemas na conversão dos créditos, para além da falta de correspondências: apenas vão para a Áustria cerca de dois alunos em cada ano lectivo. A ESE deverá encontrar mecanismos de dinâmica de divulgação do programa de intercâmbio de estudantes e formas de ultrapassar os obstáculos detectados.

Os docentes do curso são muito críticos quanto à permuta de experiências com outras instituições no âmbito do curso, considerando-a reduzida (RAA: p.118).

3.15. Recursos financeiros envolvidos

A informação sobre a situação orçamental da ESE do IPS é referida no volume II – Anexos (pp.41-43) e limita-se à apresentação de quadros com as despesas por fontes de financiamento, onde se verifica que a principal fonte de financiamento vem do Orçamento de Estado, como é habitual nas escolas congéneres. Os dados são apresentados de modo a discriminarem-se as despesas de pessoal, outras despesas de funcionamento e despesas de investimento.

Uma vez que o Relatório de Auto-avaliação é omissivo quanto aos recursos financeiros afectos ao curso, a Subcomissão tentou esclarecer o assunto durante a visita, tendo concluído que a ESE ainda não tem implantado um sistema que lhe permita afectar despesas e receitas por curso. Consequentemente, também não são conhecidos os indicadores custo aluno/ano ou custo por diplomado.

3.16. Cultura ambiental de qualidade, designadamente: a existência de estruturas formais ou informais de incentivo à melhoria

Os autores do Relatório informaram a Subcomissão que não existe na ESE uma estrutura de construção de Qualidade, mas que abordam constantemente a cultura de qualidade.

O facto de existir na ESE um grupo-base para os diferentes processos de auto-avaliação, ou seja, uma evidente consistência na formação das equipas para a realização destes processos, é o princípio de institucionalizar uma prática sistemática das actividades de auto-avaliação e de estabelecer as fundações para a criação de uma estrutura de qualidade.

A ESE deverá implementar estratégias de disseminação dos processos de auto-avaliação, envolvendo, criticamente e em reflexão, toda a comunidade educativa, de uma

forma participada. Deverá também institucionalizar hábitos de recolha periódica de reacção avaliativa por parte dos alunos do curso e consequente implementação de medidas correctivas.

4. Considerações Finais

4.1. Pontos fortes

Da apreciação global que fizemos do curso de professores do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, e do contexto organizacional em que este decorre, identificam-se, de seguida, aquelas dimensões (cuja sequência não assume qualquer ordem de prioridade) que a Subcomissão Externa de Avaliação entende serem de destacar, enquanto pontos que, pelo seu realce em termos positivos, devem também ser tidos em conta, não só na sua preservação, mas, se possível, no seu reforço:

- Qualidade do Relatório de Auto-avaliação;
- Clima aberto, saudável e sincero como ocorreram as reuniões com os vários intervenientes;
- Ambiente de relações humanas na instituição (relações entre professores, alunos e funcionários);
- Qualificação e adequação profissional do corpo docente;
- Dinâmica de formação interna e respectivo apoio institucional;
- Opinião favorável dos alunos relativamente ao curso e aos professores, designadamente em termos de disponibilidade e apoio pedagógico dos docentes;
- Sucesso académico dos alunos: nas disciplinas, nos anos de conclusão, nas médias finais;
- Índice de empregabilidade favorável (embora os dados apresentados tenham já dois anos de atraso);
- Ambiente físico-arquitectónico acolhedor, onde os vários intervenientes se sentem bem, não obstante as dificuldades em alterar a “sacralidade” dos espaços, tornando-os mais adaptados às diversas exigências espacio-funcionais do curso.

4.2. Pontos fracos

Independentemente dos aspectos positivos, antes referidos, existem situações menos conseguidas e que devem merecer alguma reflexão no sentido de poderem ser introduzidas alterações, quer em termos institucionais, quer ao nível específico do curso, que possam contribuir para uma melhor qualificação da formação do professor do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e Tecnológica pela Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal.

Destacamos os seguintes:

- A progressiva diminuição do número de alunos/candidatos ao curso;
- O modelo do curso “em variante” que traz dificuldades ao perfil profissional dos diplomados, especialmente no caso da formação para o 1º ciclo do ensino básico;
- A estrutura curricular do curso: melhor sequencialidade e articulação das disciplinas; melhor adequação de alguns conteúdos, evitando-se a duplicação; valorização de algumas áreas disciplinares de que são exemplos o desenho e a língua portuguesa; actualização da bibliografia de suporte a várias disciplinas;
- A articulação disciplinar e interdepartamental, sendo necessário investir na criação de condições institucionais para uma mais eficaz coordenação do curso;
- Investigação, em particular na área científica específica do curso;
- Condições de trabalho para alunos e docentes, designadamente em termos de espaços adequados (merecendo especial atenção o caso das oficinas);
- Recursos informáticos, designadamente o número de computadores disponíveis para os alunos (assim como a actualização de *software*).

A Subcomissão Externa de Avaliação
do Curso de professores do Ensino Básico, na variante de Educação Visual e
Tecnológica,
da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal.

Jorge Adelino Costa

Fernando José Carneiro Moreira da Silva
(relator)

Sidónio da Silva Henriques Garcia